

## **“Discussões acerca das áreas especialmente protegidas no contexto da Lei Estadual N° 20.922/2013”**

## **Reserva Legal (art.24)**

É uma Área **localizada no interior de uma propriedade ou posse rural** com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, abrigar a fauna silvestre e proteger a flora nativa.

**Regra:** A área de reserva legal deverá ser equivalente a **no mínimo 20%** (vinte por cento) da área total do imóvel.

**Exceção:** Nos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, possuíam área de até quatro módulos fiscais, a Reserva Legal será registrada com o tamanho da área de vegetação nativa existente naquela data, **não sendo possível a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo.**

Obs: Para os imóveis desmembrados a partir desta data, deverá ser considerada para efeito de regularização da RL; a área originalmente existente antes do parcelamento.

## **Quem define a Reserva Legal?**

**Proposta - poderá ser sugerida pelo interessado**

**Aprovação – órgão ambiental**

A localização deverá considerar:

- O plano diretor de bacia hidrográfica;
- O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE;
- A formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, APP, Unidade de Conservação ou outra área legalmente protegida;
- As áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade;
- As áreas de maior fragilidade ambiental.

## **Poderá ser utilizada a área de Preservação Permanente no computo da área de Reserva Legal ?**

- Desde que a sobreposição **não** libere novas áreas para o uso alternativo do solo;
- Na área de APP a ser sobreposta esteja **conservada** ou em **recuperação**;
- O produtor tenha requerido inscrição do imóvel no **CAR**.

## **Recomposição da Área de Reserva Legal**

O proprietário ou possuidor de imóvel rural **com mais de quatro módulos fiscais** que, em 22 de julho de 2008, possuía área de Reserva Legal menor que 20% da sua área total, mesmo que tenha adquirido o imóvel depois dessa data, tem de recompor a Reserva Legal.

## **Compensação da Reserva Legal**

- Aquisição de CRA;(Cota de Reserva Ambiental)
- Arrendamento de área sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal;
- Doação ao poder público de propriedade localizada no interior de uma Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária;
- Cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal em imóvel do mesmo proprietário ou adquirida em imóvel de terceiro.

❖ **Mesmo BIOMA**

❖ **Inscrição no CAR**

## Realocação da Área de Reserva Legal

Realocação dentro do mesmo imóvel:

A nova área de Reserva Legal dentro do mesmo imóvel deve oferecer **tipologia vegetacional, solo e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais que a área anterior**. O órgão ambiental estabelecerá os critérios técnicos para essa avaliação de forma a garantir **ganho ambiental na troca de áreas**.

Realocação para área de outro imóvel:

- **Utilidade pública;**
- **Interesse social;**
- Se a área originalmente demarcada estiver **desprovida de vegetação nativa** e, na propriedade, **não tiver sido constatada a presença de cobertura vegetal nativa em data anterior a 19 de junho de 2002**.

## Como a Reserva Legal pode ser usada?

A Lei Florestal mineira limita a exploração sem fins comerciais a:

- 2m<sup>3</sup>/ha por ano, para agricultor familiar;
- 1m<sup>3</sup>/ha, respeitado o limite máximo de 20m<sup>3</sup> por ano, para as demais propriedades ou posses rurais.

**Atenção:** O manejo florestal com propósito comercial depende de autorização do órgão ambiental.



# Atenção:

A aprovação dos processos de:

- Licenciamento ambiental,
- intervenção ambiental,
- outorga de água,
- crédito rural e
- transmissão de títulos de propriedades

estão condicionados à regularização da Reserva legal junto ao órgão ambiental, sendo obrigatório o Cadastro Ambiental Rural.

## Áreas de Preservação Permanente – APP's (art.8º)

Considera-se APP a área, **coberta ou não por vegetação nativa**, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

**Quais são as APP's?**

## MARGENS DE RIOS, RIBEIRÕES E RIACHOS NATURAIS, MESMO QUE ESSES CURSOS D'ÁGUA EXISTAM SÓ NA ÉPOCA DAS CHUVAS.

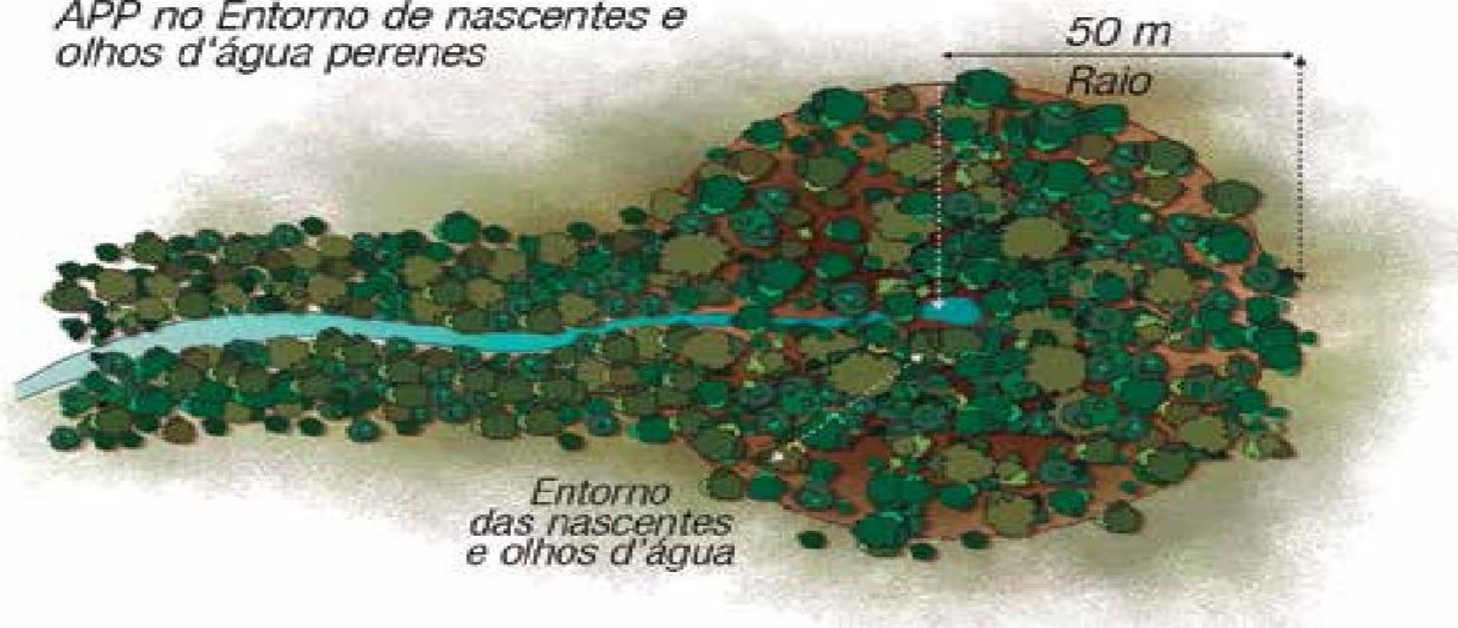


## ENTORNO DOS LAGOS E LAGOAS,



## ENTORNO DAS NASCENTES E DOS OLHOS D'ÁGUA PERENES

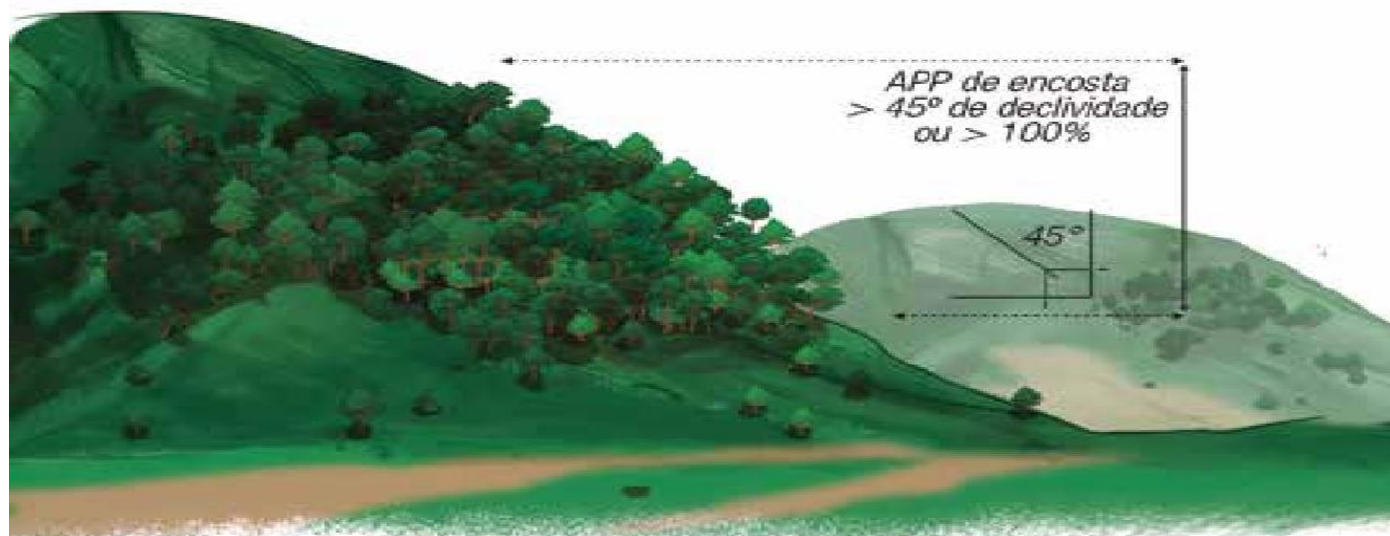
*APP no Entorno de nascentes e  
olhos d'água perenes*



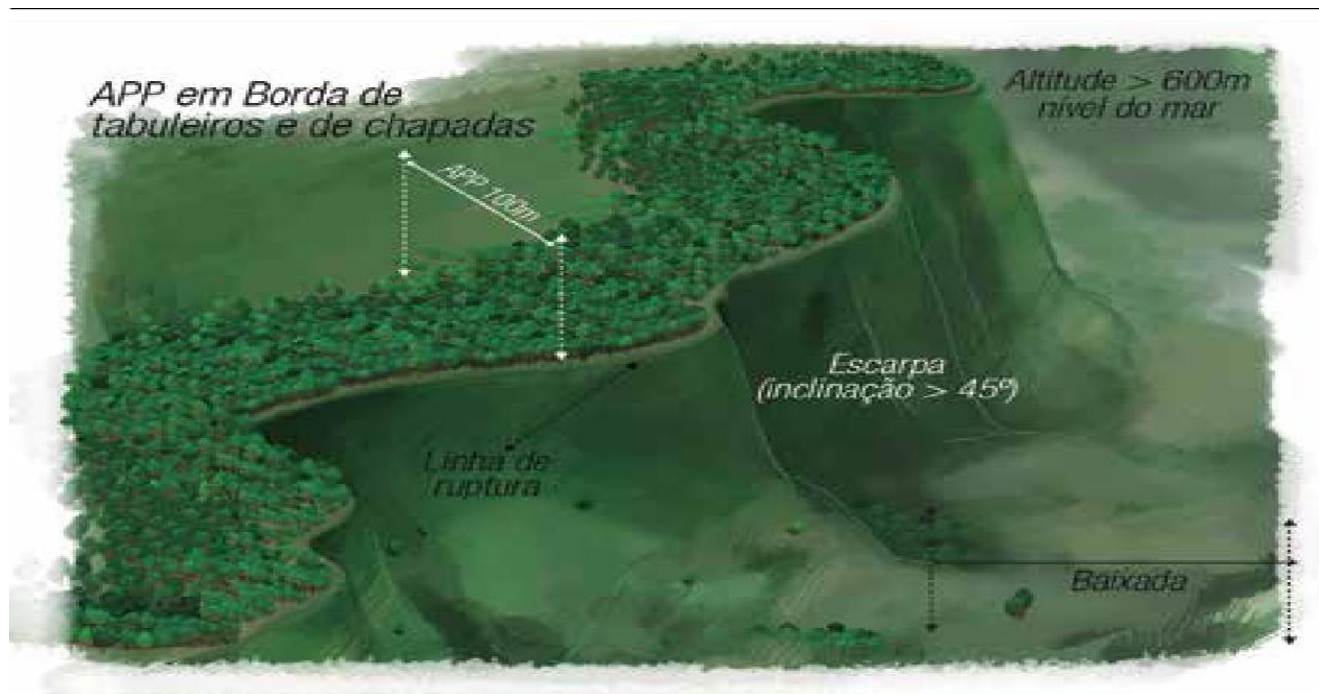


## ENCOSTAS ÍNGREMES

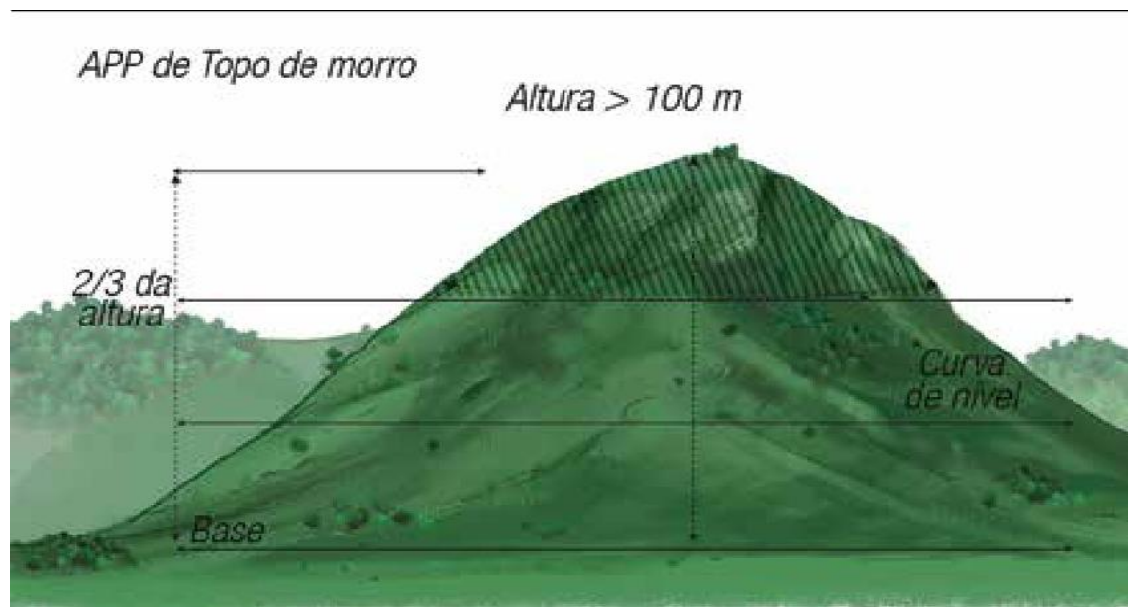
*APP em Encostas íngremes*



## BORDAS DOS TABULEIROS OU DAS CHAPADAS

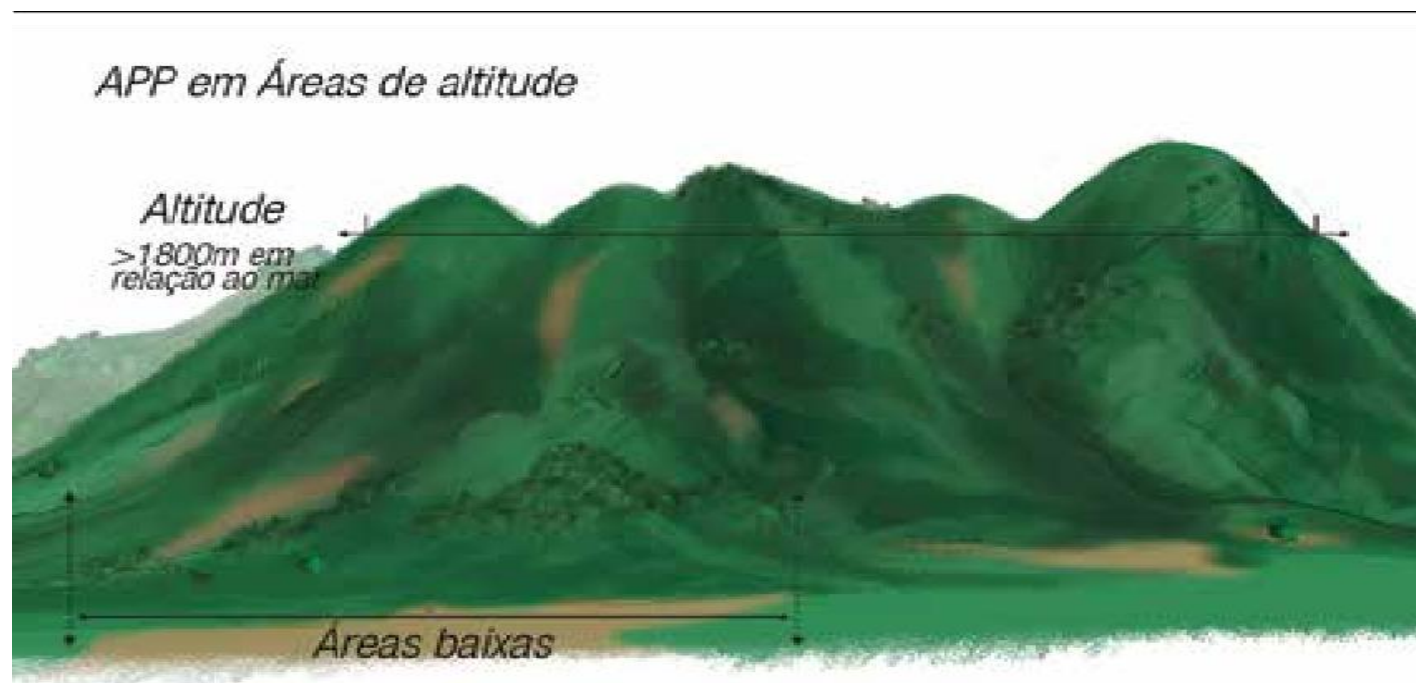


## TOPO DE MORROS, MONTES, MONTANHAS E SERRAS, COM ALTURA MÍNIMA DE 100M E INCLINAÇÃO MÉDIA MAIOR QUE 25°





## ÁREAS EM ALTITUDE



## VEREDAS



## RESERVATÓRIO D'ÁGUA ARTIFICIAL DESTINADO À GERAÇÃO DE ENERGIA OU AO ABASTECIMENTO PÚBLICO

*APP em reservatório artificial destinado à geração de energia ou ao abastecimento público – registrado até 24/8/2001*



## **O que é permitido fazer em APPs?**

A Lei Florestal mineira permite algumas intervenções em APP, desde que autorizadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, por meio da Superintendência Regional de Regularização Ambiental – Supram e pelo Instituto Estadual de Floresta - IEF, em casos de **utilidade pública, interesse social ou de atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental.**

Obs: A supressão de vegetação nativa em APP protetora de nascente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública e desde que constatada a ausência de alternativa técnica e locacional.

## **Quando será necessário recompor APP?**

## AO LONGO DE RIOS, RIBEIRÕES E RIACHOS

*Recomposição de APP de rios,  
ribeirões e riachos*





## NO ENTORNO DE NASCENTES E OLHOS D'ÁGUA PERENES

*Recomposição no entorno de  
nascentes e olhos d'água  
permanentes*

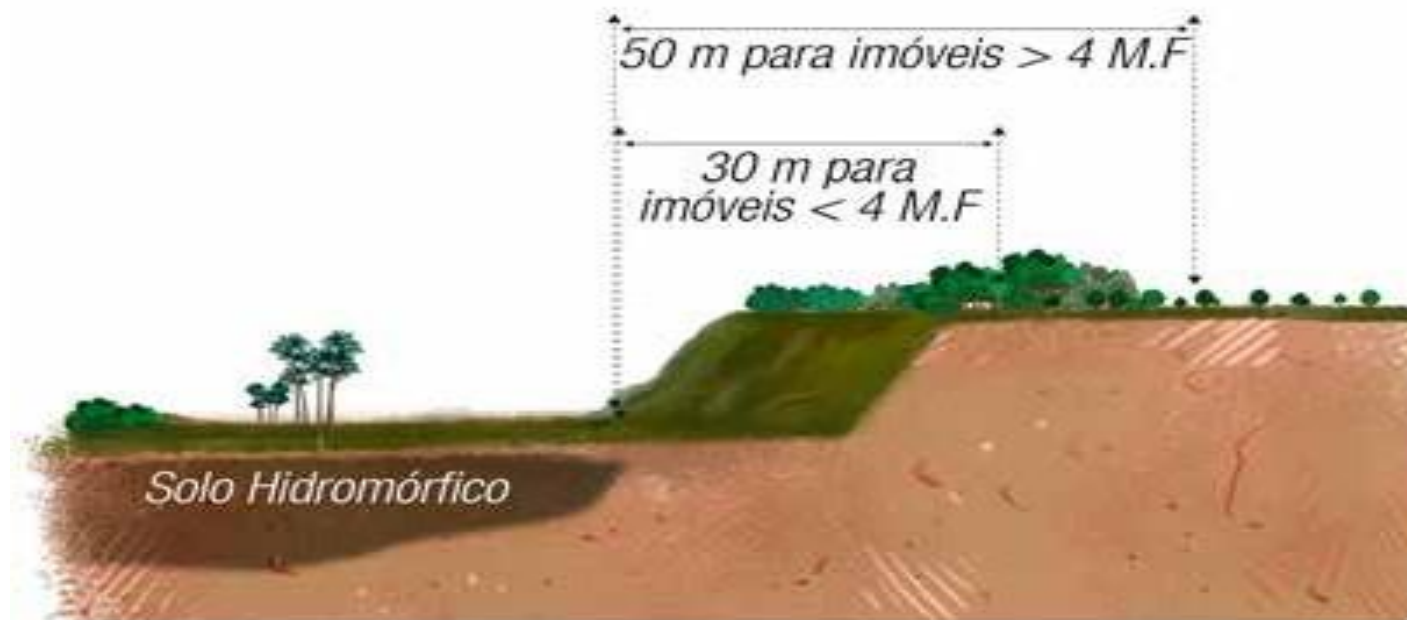


## NO ENTORNO DE LAGOS E LAGOAS NATURAIS



## EM VEREDAS

*Recomposição de APP de  
veredas*





## **Limites e direitos:**

Em imóveis que exercem a atividade agrossilvipastoris, a área de recomposição somada a todas as APP's do imóvel não poderá ultrapassar:

- 10% da área total, para imóveis rurais com até **dois módulos fiscais**;
- 20% da área total, para imóveis rurais de **dois a quatro módulos fiscais**.

## **Assentamentos de programa de reforma agrária:**

A recomposição de áreas consolidadas em APP's respeitará o tamanho e a localização de cada lote individual.

# CADASTRO AMBIENTAL RURAL

## NÚMEROS- AGO/2020

## **CAR**

### **Cadastro Ambiental Rural**

Corresponde ao **registro** de todas as informações dos **Imóveis Rurais**, contendo Áreas Produtivas, Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Reserva Legal, outros remanescentes de vegetação nativa, e declaração de passivos, quando houver.

## **PRA**

### **Programa de Regularização Ambiental**

É o **conjunto de ações ou iniciativas** a serem desenvolvidas por proprietários e/ou posseiros rurais para **adequar e promover a regularização ambiental de suas propriedades**.

## DEFINIÇÕES E MARCO LEGAL

- ✓ O novo Código Florestal instituiu o Programa de Regularização Ambiental – PRA cujo **objetivo é promover a regularidade ambiental dos imóveis rurais**, por meio da correção de déficits ambientais verificados nas **áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e áreas de uso restrito.**
- ✓ Maior Programa de Recuperação Ambiental
- ✓ Sustentabilidade dos Imóveis Rurais
- ✓ Harmonização dos pilares ambientais, sociais e econômicos
- ✓ Possibilidade de implantação de SAF's sucessionais e plantios intercalados em áreas legalmente protegidas
- ✓ Respeito à vontade de produtor e potencialidades da região

**Em âmbito nacional:**

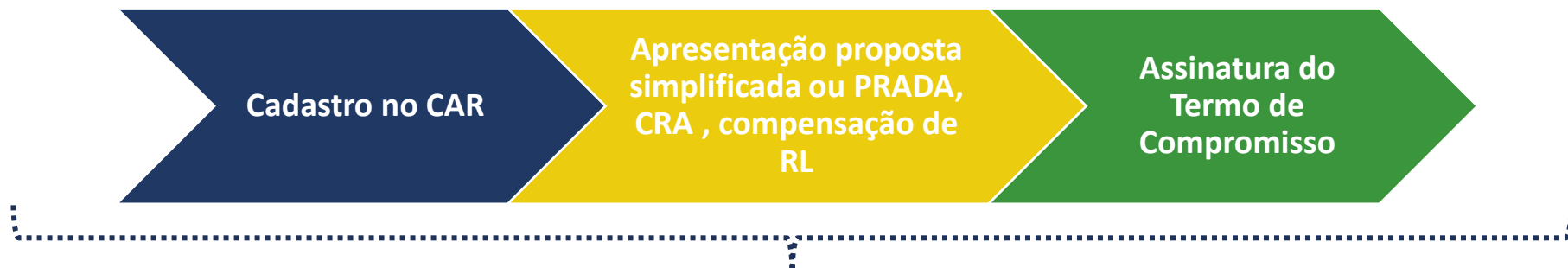
- ✓ Lei Federal nº 12.651, de 2012 – Código Florestal
- ✓ Decretos Federal nº 7.830, de 2012 – Normas de caráter geral aos PRAs
- ✓ Decreto Federal nº 8.235, de 2014 – Normas gerais complementares aos PRAs

**Em âmbito estadual:**

- ✓ Recepcionado pela Lei nº 20.922, de 2013
- ✓ Minuta de decreto de regulamentação em fase final de tramitação

**Código Florestal cria o PRA, porém estabelece que estados devem legislar e operacionalizar**

## INSTRUMENTOS GERAIS DO PRA



## PRA

- ✓ Por meio do PRA, os produtores rurais (proprietários e/ou posseiros) **que consolidaram áreas até 22/07/2008 terão benefícios para se regularizar**
- ✓ Produtores **que converteram áreas após 22/07/2008**, devem regularizar sua situação por meio de instrumentos específicos e **não terão os benefícios do PRA**

## O que é Termo de Compromisso (TC)?

É o **documento formal** de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), para imóveis rurais com passivos ambientais, gerados durante a adesão ao CAR.

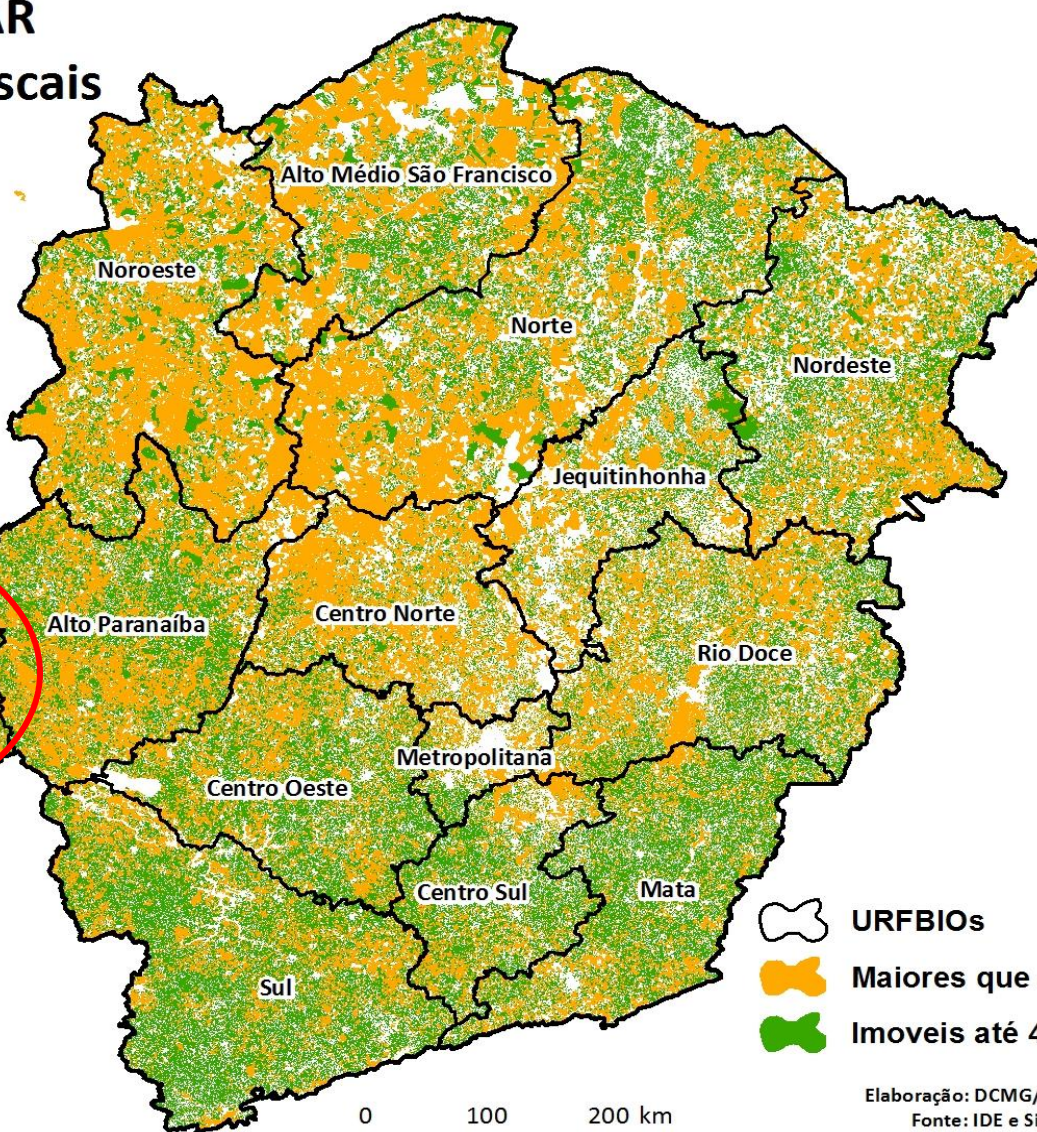
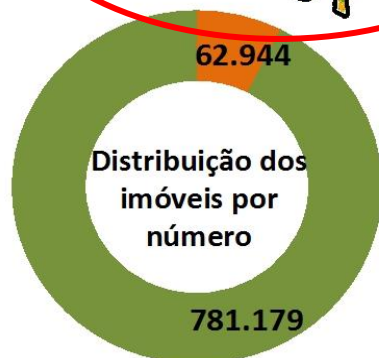
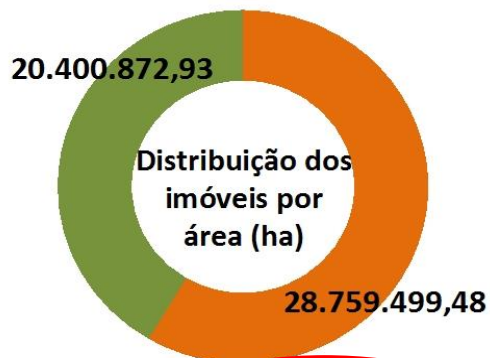
Esse Termo definirá os compromissos que o produtor tem que assumir para **manter, recuperar ou recompor** as Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal e de Uso Restrito do imóvel rural.

## BENEFÍCIOS DO PRA

- ✓ Não autuação e suspensão das sanções administrativas decorrentes da supressão irregular de vegetação em APP ou RL até 22 de julho de 2008.
- ✓ Suspensão da punibilidade dos crimes previstos na Lei Federal nº 9.605/1998 associados a estas infrações (com interrupção da prescrição).
- ✓ Conversão das penalidades em prestação de serviços ambientais condicionado ao cumprimento das obrigações pactuadas no Termo de Compromisso.
- ✓ **Recomposição dos passivos de RL em até 20 anos (mínimo 1/10 a cada 2 anos).**
- ✓ Possibilidade de compensação de RL.
- ✓ **Aplicação de metragens diferenciadas para as APPs.**
- ✓ **Recomposição de RL e APP com possibilidade de plantio intercalado e implantação de Sistemas Agroflorestais - SAFs**
- ✓ **Direito de exploração econômica**
- ✓ Continuidade de atividades agrossilvipastoris em APP, observadas as diretrizes legais



## Imóveis inscritos no CAR separados por módulos fiscais

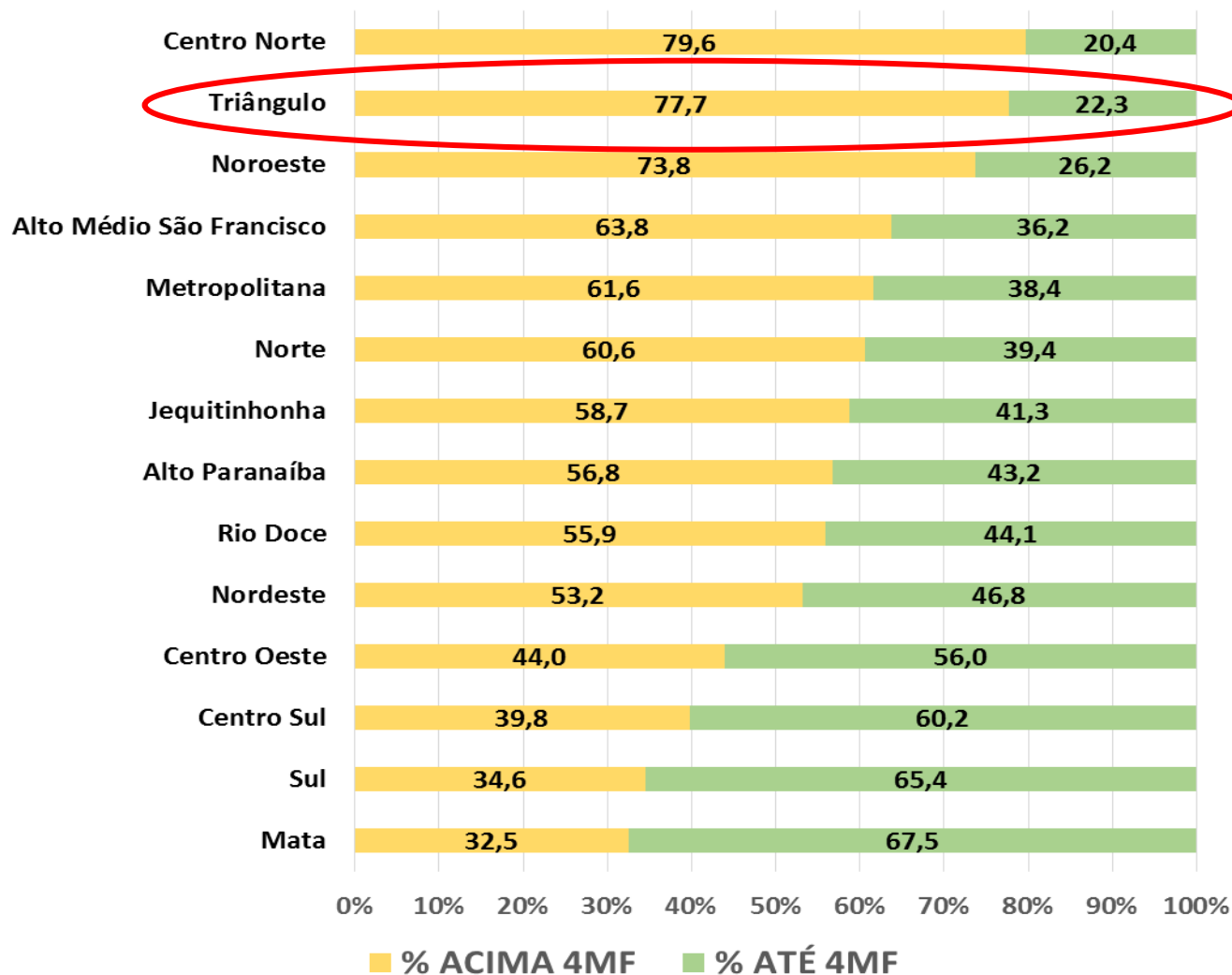


- URBIOs
- Maiores que 4 módulos
- Imóveis até 4 módulos

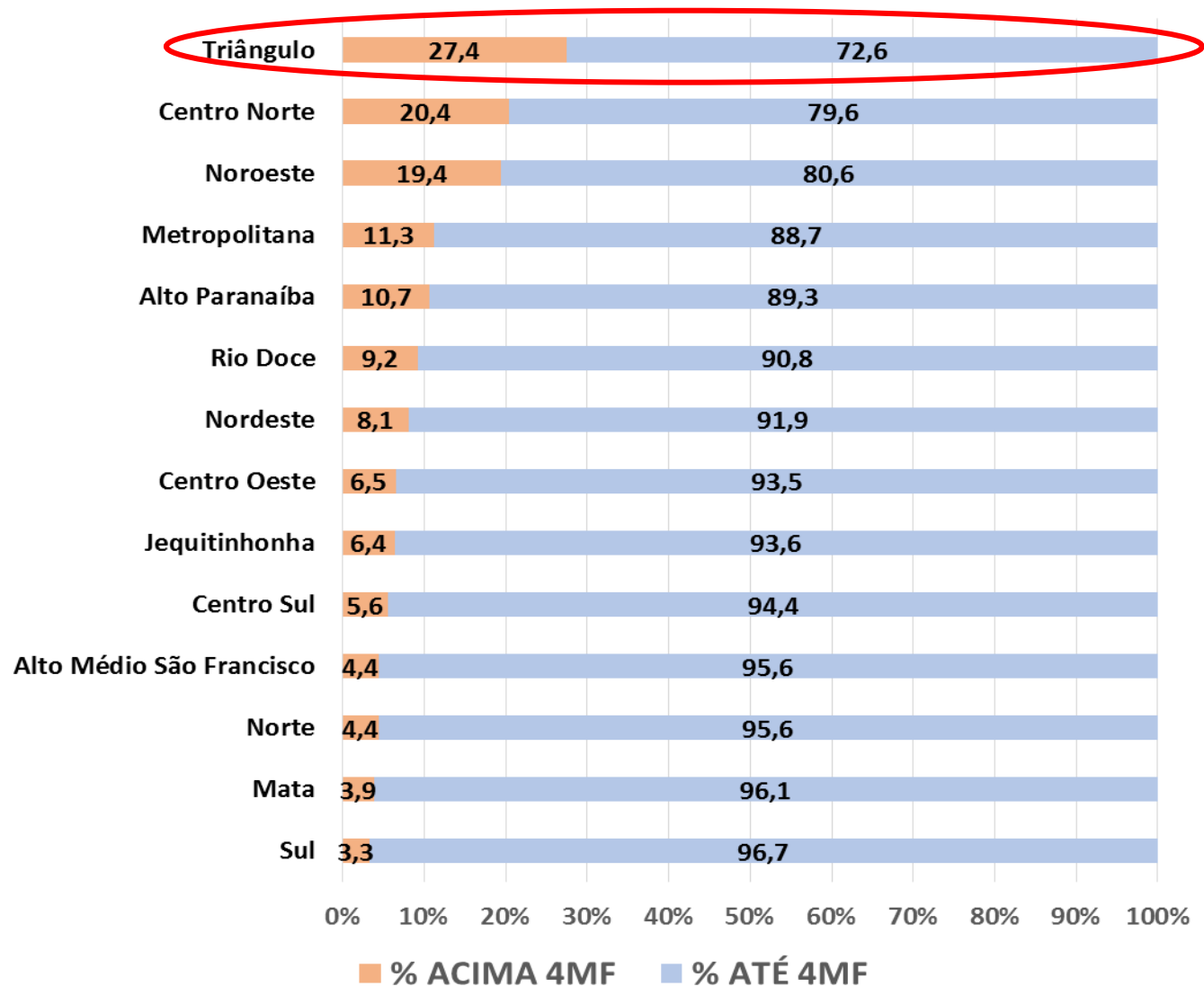
0 100 200 km

Elaboração: DCMG/GEMOG  
Fonte: IDE e Sicar  
GCS SIRGAS 2000

## % ÁREA TERRITORIAL OCUPADA PELOS IMÓVEIS NAS URFBIOS DO IEF E SEPARADOS POR MÓDULOS FISCAIS



## % DO NÚMERO DE IMÓVEIS CADASTRADOS NAS URFBIOS DO IEF E SEPARADOS POR MÓDULOS FISCAIS



## **IMPORTANTE:**

A inscrição no CAR é obrigatória e por prazo indeterminado para todas as propriedades e posses rurais.

Os proprietários e possuidores dos imóveis rurais que os inscreverem no CAR até o dia 31 de dezembro de 2020 terão direito à adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O Instituto Estadual de Floresta através da:

A Gerência de Recuperação Ambiental e Planejamento da conservação de ecossistemas **fomenta, monitora e apoia** projetos e ações destinados à conservação, proteção, gestão e regularização de Reserva Legal, visando à **manutenção** do equilíbrio da biodiversidade no Estado;

A Gerência de Regularização das Atividades Florestais do IEF tem como competência executar as atividades de **controle e monitoramento** da supressão e exploração da vegetação nativa e das florestas plantadas nos processos de intervenções ambientais e

A Gerência relativa ao Cadastro Ambiental Rural tem como competência **planejar, coordenar e monitorar** as ações relativas aos cadastros.



# Obrigada!

Maíra Rodrigues da Costa

Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

URFBIO Triângulo

[maira.costa@meioambiente.mg.gov.br](mailto:maira.costa@meioambiente.mg.gov.br)

(034)3214-5807

Regina Barbosa - Advogada

Barbosa e Caixeta Advogados/IBIJUS

[reginabarbosa.adv@hotmail.com](mailto:reginabarbosa.adv@hotmail.com)

(034)3821-2769